

O invisível da responsabilidade social na estrutura polêmica do discurso

Maria Virgínia Borges AMARAL
mvba@ccsa.ufal.br
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

RESUMO

Este estudo aborda questões referentes ao método de análise do discurso à luz do materialismo histórico e faz uma exposição da interpretação do discurso da responsabilidade social que circula na sociedade contemporânea. Reflete acerca da estrutura do discurso e identifica no movimento parafrástico a relação que o discurso estabelece com o seu outro, o interdiscurso, constitutivo do dizer e dos efeitos de sentido produzidos em um determinado espaço discursivo. Tem-se assim uma discussão sobre o dispositivo legal e a prática filantrópica que estão subjacentes às ações de qualidade de vida e de responsabilidade social de natureza interna no âmbito empresarial.

Introdução

O presente trabalho é parte do resultado da Pesquisa “Qualidade de Vida no Trabalho e o sentido de responsabilidade social no discurso empresarial”, que realizamos desde 2003 no Programas de Pós-Graduação de Letras e Linguística – PPGLL – e no de Serviço Social – PPGSS – da Universidade Federal de Alagoas. Neste estudo, em particular, temos como objetivo identificar no funcionamento do discurso da responsabilidade social os outros discursos que não aparecem na superfície discursiva, mas produzem sentido e permitem que o discurso cumpra sua função como prática social¹. Analisamos os processos parafrástico que apontam os dispositivos legais, constitutivos de um discurso de direito, que estão subjacentes nos processos discursivos das ações de qualidade de vida e de responsabilidade social no âmbito empresarial.

Refletimos sobre a relação entre o que a empresa expressa como sendo ações de responsabilidade social e o que, na verdade, é uma obrigatoriedade, visto que tais ações respondem às leis instituídas como direitos do trabalhador. Partimos do entendimento de que tal prática assume ainda um nítido caráter compensatório, visto que se expropriam direitos e, em troca, distribuem-se “benefícios”. Apresentamos, pois, neste trabalho uma análise dos processos discursivos que constituem a prática de responsabilidade social.

Procuramos compreender os diversos efeitos de sentido produzidos pela expressão “responsabilidade social”, observando-se na estrutura do discurso a simulação de evidências de participação da empresa em um projeto de sociedade que, num processo de sobreposição discursiva, desloca efeitos de “legalidade” para efeitos de “sociabilidade”. O corpus desta pesquisa é constituído de materiais discursivos da mídia, da legislação trabalhista, da empresa e dos trabalhadores. O estudo deste material permitiu-nos perceber que o que as empresas afirmam ser ações de responsabilidade social são na verdade obrigações que as empresas têm que cumprir. Assim, pretendemos demonstrar como a formação ideológica capitalista encontra no discurso empresarial uma forma de exercer a sua contradição, simula evidências de liberdade e participação num processo de dominação.

1 - Sobre o Método em Análise de Discurso

¹ Sobre o discurso como prática social ver Amaral, 2005.

Como uma teoria crítica, a AD se apropria e redefine conceitos tidos como de natureza eminentemente lingüística, tais como: linguagem, língua, discurso, texto, sujeito; e institui outras noções conceituais necessárias ao processo de análise, como por exemplo: condições de produção, historicidade, formação discursiva, formação ideológica (ideologia). Desta forma, a AD investe na elaboração e na sustentação de um quadro teórico-metodológico que lhe permita atribuir-se e reconhecer-se como uma área específica e necessária ao conhecimento da prática social. Nesse momento da nossa reflexão procuraremos mostrar alguns traços distintivos do método que orienta o percurso de uma análise de discurso à luz do materialismo-histórico.

Sustentamos a assertiva de que o Discurso é um todo complexo e, como tal, não se restringe ao texto que o representa empiricamente. Estamos ancoradas na compreensão do discurso como um todo concreto que resulta de processos próprios das relações sócio-históricas. Como um todo concreto, o discurso é resultado, é ponto de chegada de um longo processo de abstração da realidade, é pois objeto pensado, e se apresenta como objeto acabado como um todo concreto; e conforme Marx (1983, p. 218) “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo a unidade da diversidade.”

O concreto aparece no pensamento “como um processo de síntese, um resultado, e não como um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação” (Marx, 1983, p. 219). Neste caminho metodológico “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento” (idem). O que significa dizer que o método do materialismo histórico consiste em elevar-se do abstrato ao concreto. O sujeito apanha as determinações do objeto em análise, o abstrai “como um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação” (idem).

Para o analista do discurso o objeto de sua observação imediata é o texto; este é “o fato”, tomado como ponto de partida da investigação, que tem determinações a serem apreendidas, elaboradas no nível do pensamento; essas determinações são procuradas a partir das suas manifestações mais simples, como, por exemplo, a natureza do léxico que constitui uma cadeia sintagmática, e eleva-se à mais complexa, como a produção dos sentidos numa rede de formulações discursivas ou interdiscursos, constitutivos de formações discursivas, que representam formações ideológicas, que representam e sustentam uma dada formação social. O método de análise de discurso, como no materialismo-histórico, consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, possibilidade única de o pensamento apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto pensado – que é o resultado da análise, uma exposição do processo de investigação. Essa exposição é também um processo de síntese

Para o pensamento, o movimento das categorias analíticas da análise de discurso surge como uma produção, cujo produto advém da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação que é parte do mundo real dos homens, e não produto da sua imaginação (MARX, 1986)

Nesta perspectiva metodológica, e apenas nessa, o discurso é tomado pelo analista como um concreto pensado, um produto ideológico que, devido a essa condição, é obviamente expresso, seja de forma oral, seja de forma escrita, por um “sujeito singular” (um indivíduo singular, personificado socialmente). Este sujeito singular é constituído de um ‘cérebro pensante’, tem, por isso, a propriedade da razão, inerente aos indivíduos, que os torna capaz de se apropriar do mundo da forma que lhe foi possível, frente a todas as possibilidades e dificuldades que lhes são impostas (mas dissimuladas) pelo movimento e funcionamento do mundo real; o discurso é, pois, uma representação do real.

[...] na sociedade, cada homem existe numa determinada situação de classe à qual naturalmente pertence a inteira cultura de seu tempo: não pode assim haver nenhum conteúdo de consciência que não seja determinado pelo ‘hie et nunc’ da situação atual [...] uma consciência pretensamente livre de liames sociais, que trabalha por si mesma, puramente a partir do interior, não existe e ninguém jamais conseguiu demonstrar sua existência. (LÚKÁCS, apud HOLZ, 1969, p. 40).

Assim é o discurso. O enlaçamento do sujeito-pensante com o complexo histórico-social é tal que não se pode isolar deste complexo o pensamento e seus produtos. O complexo histórico-social é, pois, determinante do pensamento (CHASIN, 1983).

O analista é também um sujeito pensante que toma o discurso como objeto de investigação. Entretanto, independentemente do sujeito que analisa o discurso como uma representação do real, este discurso/objeto conserva suas propriedades particulares, não sendo, portanto, afetado pelo olhar do analista. Durante todo o processo de análise este objeto estará presente no pensamento do analista como um dado primeiro, de onde advirão as categorias de análise que exprimem as condições do funcionamento de tal objeto. Muitas vezes, essas categorias podem insistir em aparecer como simples aspectos particulares deste objeto. Então, seria muito mais simples começar a análise pelas categorias mais imediatas que se manifestam lingüisticamente no texto, como, por exemplo, uma palavra ou uma proposição, ou ainda a ordem sintática de um enunciado. Entretanto, o ponto de partida da análise de discurso é o discurso, constituído de elementos de duas ordens: os da ordem da língua e os da ordem da história. Toma-se essa conjugação da língua com a história, que produz efeito de realidade, como objeto de estudo.

A língua e a história formam a ordem do discurso. Logo, o discurso é o ponto de partida e o ponto de chegada. Nesse processo toma-se o discurso/objeto e chega-se ao complexo discurso/objeto/discurso, visto que a interpretação do analista, alcançando a totalidade do concreto – “a síntese de múltiplas determinações” -, resulta em um novo concreto pensado. “O objeto discurso é pensado, ao mesmo tempo em que o dispositivo para a análise” (MALDIDIER 1989).

O objeto discurso é analisado para se apreender o seu funcionamento. Trata-se de identificar a *gênese* e a *função social* do discurso. A gênese diz respeito as determinações histórico- sociais do que se diz; a função social aponta o efeito produzido pelo discurso sob a intervenção da ideologia, pressupondo-se, que, como diz Lukács (apud CHASIN, 1978, p. 62) “não há nenhuma ideologia ‘inocente’ (...)” . Então, a análise do discurso consiste em uma referência à totalidade concreta² que vai para além dos dados descritivos, possíveis de serem apreendidos por uma postura objetiva de observação dos fenômenos manifestos.

A análise do discurso consiste na interpretação do que é dito (processo de formulação) na sua relação com a situação concreta de quem diz. É, pois, uma análise concreta de uma situação concreta (o discurso). “A análise concreta de uma situação concreta pressupõe que a materialidade discursiva em uma formação ideológica seja concebida como uma articulação de processos” (Orlandi, 1996, p. 54); o discurso, pois é uma articulação de processos que se desenvolvem de múltiplas formas, em determinadas condições histórico-sociais.

1 – O visível do discurso: um olhar para a história

² A totalidade concreta é também constituída pelas idéias e sentimentos “que teriam os homens em uma determinada situação vital, se fossem capazes de captar completamente essa situação e os interesses resultantes dela, tanto no que diz respeito à ação imediata, quanto relativamente à estrutura da sociedade inteira, coerentemente com esses interesses” (Lukács, 1969, p. 55).

Na década de 90, o Brasil deu atenção especial à abertura da economia de mercado internacional. Com um discurso de que não se podia perder o “rumo da modernidade”, o governo brasileiro implementa uma política de incentivo às empresas para se apropriarem das estratégias de reestruturação do processo de acumulação capitalista incrementadas pelos países desenvolvidos, a exemplo das técnicas japonesas “toyotistas”. Inicia-se o processo de privatização e redução do poder estatal; cria-se um programa “ponta de lança” para a reestruturação produtiva do país, o PBQP – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, através do Decreto Nº 99.675, de 7 de novembro de 1990³. Foi a partir deste programa que os termos *qualidade* e *produtividade* passaram a fazer parte da agenda nacional.

Hoje, pode-se dizer que o PBQP encontra-se na sua terceira fase. A primeira – de 1990 a 1995 – consistiu na formulação e implantação do programa; tinha o objetivo de “apoiar o esforço brasileiro de modernidade através da promoção da qualidade e produtividade, com vistas a aumentar a competitividade de bens e serviços produzidos no país” (Agarte&Quintanilha, 2000, p. 86). A segunda – de 1996 a 1997 – foi definida pela reorientação estratégica do programa e a terceira fase – a partir de 1998 – está sendo marcada pelo processo de realinhamento estratégico. Na segunda fase o PBQP passa a ser orientado pelas seguintes premissas: a preocupação com o emprego; a proteção do meio ambiente e a melhoria da saúde e segurança ocupacionais; a mobilização dos agentes envolvidos no programa e a prática permanente de negociação, como estilo básico de gestão para o PBQP. Para responder a estas premissas, o PBQP focaliza sua atuação em quatro subprogramas: Qualidade de Vida; Qualidade e Emprego; Qualidade e Produtividade no Setor Produtivo; Qualidade e Participação na Administração Pública.

Embora tenha definido o subprograma Qualidade de Vida na segunda fase, somente na fase atual, de *realinhamento estratégico*, as ações para viabilizar a ampliação do conceito de qualidade foram acentuadas. Propagar a “filosofia da qualidade”⁴ e transformá-la em um amplo movimento nacional era meta do PBQP. Segundo Agarte&Quintanilha (2000: 95) o conceito de qualidade teria sido, até então, “mais focado no aumento da competitividade” e deveria ser estendido “à idéia de qualidade de vida”. “*Qualidade* é entendida como um *conceito ligado à cidadania*, devendo transformar-se em um movimento nacional” (idem, p. 97; grifo nosso). Um movimento que foi se propagando entre as empresas e entre essa e sociedade

Embora a noção de qualidade esteja a princípio ligada à produção na esfera econômica, impulsionada pelo processo de globalização, pode-se afirmar que esse “fenômeno” de internacionalização da economia abrange as mais diversas dimensões da vida cotidiana, atinge amplamente aspectos políticos e culturais da sociedade e, portanto, uma discussão sobre a noção de qualidade extrapola o campo da produção econômica. É nesse sentido que a redefinição do conceito de qualidade requer que se leve em consideração às questões de natureza política, como a da cidadania. Isso não ocorre por acaso, justifica-se pela própria redefinição das relações e do papel do Estado na sociedade contemporânea.

No Brasil, a cidadania tem sido “gerenciada”, estabelecida com base nos princípios que regulam os direitos dos indivíduos a partir do acordo, mediado pelo Estado, entre as classes. Essa prática remonta à década de 1930 quando, em decorrência dos objetivos econômicos do país, a cidadania restringia-se aos segmentos sociais legalmente inscritos e reconhecidos como necessários ao processo produtivo, embora se

³ As informações sobre o PBQP, referidas neste trabalho, foram reproduzidas a partir de Agarte & Quintanilha, 2000.

⁴ A política de produtividade e qualidade para o desenvolvimento econômico do país é traduzida pelos locutores do discurso da qualidade: os órgãos representantes do governo e dos empresários como o SEBRAE, a CNI, o SENAI, o SESC, o SESI, e ainda os consultores e gerentes empresariais.

acentuasse um movimento em prol de uma cidadania ampliada, que fosse extensiva a todos os homens e mulheres, logo que extrapolasse o âmbito dos direitos individuais e se constituíssem os direitos coletivos. Assim, é possível afirmar que, na história do Brasil, o discurso da cidadania sempre esteve às voltas com o objetivo de crescimento industrial e desenvolvimento econômicos do país.

Atreladas às reformas constitucionais, década de 1980, chegaram as reformas políticas e administrativas no âmbito do Estado, as mudanças no mundo do trabalho, as renovações das leis trabalhistas, as redefinições das políticas públicas; tudo isso orientado pelos princípios neoliberais definidos e imposto aos países pobres pelos países ricos, como única condição para seguirem e alcançarem a modernidade. O resultado dessas reformas é a manifestação de um processo de deslocamento dos rumos que a cidadania deveria tomar.

Não é difícil observar que, em virtude dos efeitos do processo de reestruturação produtiva (mais desempregados, mais pobres) e da redefinição das funções do Estado, conseqüentemente, da refilantropização dos serviços sociais, o conceito de qualidade de vida, equivalendo ao de cidadania, e este ao de responsabilidade social, resulta no acirramento da desigualdade: “cidadão” é quem está inserido no mercado formal de trabalho porque as empresas desenvolvem ações de qualidade de vida, portanto de “cidadania”. Aqueles que estão fora do mercado de trabalho são acolhidos pelas ações dos voluntários, pelas ações as empresas cidadãs que assumem a *responsabilidade social*.

1.1. O confronto da responsabilidade social com a filantropia: o efeito da eficácia

Estamos entendendo que um discurso se apresenta como “eficaz”, não porque determinados indivíduos foram capazes de produzir uma sintaxe bem elaborada, nem, simplesmente, por terem sido “autorizados” por determinadas formações discursivas a dizerem o que dizem, mas porque a prática discursiva⁵ pressupõe esse espaço de significação (formações discursivas) que é constituído pela língua e pela história. Os efeitos de sentido produzidos no processo discursivo é que revelarão a eficácia ou não do “discurso concreto”, que, segundo Henry (1990, p. 58), “é duplamente determinado, de um lado pelas formações ideológicas que relacionam este discurso a formações discursivas definidas, de outro pela autonomia relativa da língua”⁶. A relação entre esses dois tipos de determinação do discurso – das formações ideológicas e da língua – implica a noção de *paráfrase discursiva*. (ibidem, p. 59).

Com a noção de paráfrase discursiva é possível entender que o discurso não se limita, em sua produção e interpretação, à língua; a paráfrase discursiva é “contextual”, ou seja, depende das formações discursivas às quais o discurso está relacionado para produzir sentido. Maingueneau (1993, p. 96) utiliza o termo “parafraagem” para se referir à paráfrase discursiva e definir sua função na AD. Diz ele:

A parafraagem aparece na AD como uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. Fingindo dizer diferentemente a mesma coisa para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva.

⁵ Esse é um conceito empregado por Maingueneau (1993, p. 56) para "designar esta reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso."

⁶ A noção de autonomia relativa da língua, segundo Henry (1990, p. 58) "caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que nele se articulam." A sintaxe é uma das manifestações da autonomia relativa da língua.

Nesse sentido, as paráfrases interessam à AD não apenas como construções lingüísticas constituídas por uma relação em que um enunciado *a* contém um enunciado *b*, pressupondo-se um sistema de classes de equivalência lingüística, mas como mecanismos de pôr em ação o processo interdiscursivo constitutivo do discurso. Assim, podemos entender quando Henry (1990, p. 61) explicita que a paráfrase pode operar sem, necessariamente, se realizar materialmente sob a forma de relações entre seqüências discursivas do texto. “Ela pode operar fora da consciência daquele que fala, escreve, escuta ou lê,” (ibidem) porque ela faz intervir no discurso elementos da memória discursiva, do interdiscurso, ela opera no sentido de articular língua, ideologia e história.

Nos enunciados seguintes podemos observar o funcionamento parafrástico que aponta para a memória discursiva, operando no sentido de reforçar o que convém à produção de um *efeito de eficácia* do discurso:

- a) A SA 8000 é considerada o “Selo da Cidadania”.Todas essas pressões da sociedade, as quais ganharam enorme amplitude num mundo globalizado e com extrema facilidade de comunicação e de intercâmbio entre os mercados, desembocaram no que hoje se chama de “Responsabilidade Social”, um conjunto de práticas e referências éticas, filantrópicas e sociais. (REGO, 2003)
- b) Podemos definir o conceito de responsabilidade social empresarial como sendo: O estilo de gestão caracterizado pela ética e transparência na relação da empresa com todos os seus públicos, sincronizando suas metas empresariais ao desenvolvimento sustentável da sociedade, respeitando as diferenças, esforçando-se pelo estabelecimento de uma sociedade mais justa e, buscando garantir os recursos naturais e culturais que permitam à sociedade a sua manutenção e evolução através das próximas gerações”. (HILSDORI, 2003)
- c) Por *responsabilidade social* entende-se “como uma postura e comportamento socialmente responsável da empresa, tanto no cumprimento de suas obrigações legais quanto no atendimento de necessidades sociais daqueles que participam direta ou indiretamente do processo produtivo, e de entorno social e comunitário” (Regimento do Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho, 2001, apud Lima & Lessa, 2002)
- d) Felizmente algumas empresas estão inserindo, no bojo de sua estratégia empresarial, ações relativas à comunidade onde atuam ou, parceria com ONG’s: digo felizmente, porque fica claro que responsabilidade social não é filantropia; ultrapassa estas questões, sendo parte da estratégia de qualquer negócio. Trata-se de consciência e atitude e, portanto, envolve a gestão de Recursos Humanos. Uma filosofia e/ou política de Recursos Humanos saudável, reflete o pensamento da empresa nas questões de diversidade: raça, gênero, limitações físicas/mentais, faixa etária e outras. (FILETTI, 2003)⁷

A formação discursiva na qual se inscrevem esses enunciados é a da “ética”, no sentido produzido na “*sociedade do trabalho* caracterizada fundamentalmente pela exploração econômica abstrata do trabalho humano e das matérias primas.” (OLIVEIRA, 1995, p. 16). Nesta sociedade, a produção não se faz em função das necessidades do homem, mas em função do valor; “tudo se refere a ele, inclusive os

⁷ Em Amaral e Santos, 2005, tem-se uma reflexão acerca dos direitos de todos ao trabalho; aborda-se a chamada “política da diversidade”.

homens cuja força de trabalho se transforma em instrumento de sua valorização” (idem)⁸

Há um esforço discursivo em firmar o sentido de *responsabilidade social* em torno de uma prática orientada pela ética, pelo compromisso da empresa com a sociedade. Dizem os enunciados: (a) “um conjunto de práticas e referências éticas, filantrópicas e sociais”; (b) “estilo de gestão caracterizado pela ética e transparência na relação da empresa com todos os seus públicos”; (c) “postura e comportamento socialmente responsável da empresa”; (d) “trata-se de consciência e atitude”.

Nos enunciados, o dizer apresenta-se como se não coincidissem com o próprio discurso, como se quisesse marcar diferenças entre o que diz e o que se diz sobre ele: “responsabilidade social...conjunto de práticas...filantrópicas”, diz o enunciado (a); “responsabilidade social não é filantropia”, diz o enunciado (d). Então qual o Outro que está na memória do discurso que insiste em aparecer, mas a prática discursiva não quer permitir? Qual o interdiscurso que não se diz para garantir o efeito de eficácia; para fazer valer um efeito de estratégia no mundo dos negócios, no qual, supõe-se, ‘não caberia práticas filantrópicas’?

2 – O invisível do discurso: efeitos da ideologia

No discurso, estabelecem-se certos “tipos de fronteira” entre o discurso e o seu “outro” (discursos outros com os quais se articula para produzir o “seu dizer”). Trata-se do mecanismo discursivo que Authier-Revuz (1998, p. 22) chama de “a não-coincidência do discurso consigo mesmo”; é um mecanismo constitutivo do funcionamento discursivo, que se deve tanto ao dialogismo, próprio de todo discurso, conforme explicita Bakhtin (1992), como ao interdiscurso, cujo movimento põe o dizer em relação com o dito, antes, em outros lugares e independentemente, conforme explicita Pêcheux (1988).

Na estrutura do funcionamento discursivo põe-se em movimento essa relação que um discurso mantém, necessariamente, com outros discursos, formando uma unidade aparentemente indivisível; mas é justamente nesse ponto de “atracagem” dos discursos que identificamos a natureza da estrutura enunciativa. É aqui, nesse momento de reconhecimento da estrutura enunciativa, que a noção de paráfrase discursiva cumpre a sua função (AMARAL, 2005).

Mesmo não sendo identificada, imediatamente, na superfície discursiva qualquer marca de paráfrase, “toda unidade de sentido pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ele deriva define sua identidade”. (MAINGUENEAU, 1993, p. 120). Um discurso,

⁸ Para Oliveira (1995, p. 36), inspirado numa concepção de ética transcendental (kantiana) “não estaremos em condições de enfrentar eticamente nossas questões se não formos capazes de repensar os fins de nosso processo civilizatório”. O debate sobre a ética é muito amplo e requer um debruçar reflexivo mais intenso. Sobre uma discussão acerca da ética na sociedade capitalista ver Tonet, 2005.

pois, está sempre em posição de *articulação* e *confronto*⁹ com outro ou outros discursos, implicando um processo de “tradução”¹⁰.

Então, compreendendo-se que todo discurso se constrói na sua identidade com o “outro”, configurando-se o seu dialogismo e a sua interdiscursividade constitutiva, podemos dizer que o discurso da responsabilidade social possui uma dupla estrutura enunciativa de natureza *polêmica*.¹¹ Isso significa dizer que a estrutura enunciativa do discurso é constituída por uma relação polêmica entre discursos diferentes que se articulam ou se confrontam em uma mesma formação discursiva: a formação discursiva da ética capitalista que aponta para os direitos e deveres fundados nos princípios da boa conduta, da responsabilidade. Nessa formação discursiva estão permanentemente se contrapondo dois esquemas semânticos de onde são apropriadas *palavras-chaves* para definir o sentido, seja negando um sentido anterior: práticas filantrópicas, um sentido “velho”, e em seu lugar pondo um atual: responsabilidade social, um sentido “novo”, seja reforçando um sentido já existente que venha a contribuir para o bom “desempenho” do discurso: “prática ética”.

Assim, a estrutura enunciativa do discurso da responsabilidade social é constituída por um diálogo interno entre discursos que articulam e constituem o seu *domínio discursivo*¹², formado, basicamente, de dois discursos: um é o “discurso agente” e o outro é o “discurso paciente”, designações emprestadas de Maingueneau (1993).

O “discurso agente” é aquele que constrói o simulacro de que é um discurso novo, moderno, atual, eficaz, porque permite que se cumpram obrigações para atender a determinadas necessidades da sociedade.

- e) De 1997, é a Certificação SA 8000, uma norma internacional de Responsabilidade Social, nos moldes das normas ISO 9000 e ISO 14000. Esta norma é coordenada pela Social Accountability International, uma ONG com sede nos Estados Unidos. Ela decorre das enormes pressões exercidas pelos consumidores sobre empresas e organizações que tratam com descaso as condições de trabalho em seu processo produtivo”. (REGO, 2003)

Esse discurso é constituído por um processo discursivo que se configura como o *domínio de atualidade*, o conjunto de seqüências discursivas que vão se estruturando para representar a conjuntura sócio-histórica da sociedade contemporânea marcada pela pelo processo *destrutivo do capitalismo*¹³. As ações de responsabilidade social, contudo, aparecem no discurso como se fossem resultado de “pressões exercidas pelos

⁹ Estamos empregando o termo “articulação” no sentido de “processo de sustentação”, (PÊCHEUX 1988, p. 164) que “constitui o sujeito em sua relação com o sentido”. A “articulação” está em relação direta com os “discursos transversos”, que efetuam um encadeamento entre um discurso com o seu “outro”, o que não se mostra imediatamente na superfície discursiva; e “confronto” no sentido do paralelismo que um discurso procura fazer para marcar a diferença do seu Outro, o que faz a diferença entre os discursos de uma mesma formação discursiva. O discurso religioso, por exemplo, continua sendo o discurso religioso, mesmo que “empreste” a um outro discurso o saber por ele acumulado. O discurso que recebe “empréstimos” do discurso religioso não se torna um discurso religioso. Nesse trânsito de elementos discursivos de um discurso para outro, dentro de uma mesma formação discursiva, os sentidos das palavras serão sempre orientados por esse campo de significação. Assim, os dois termos *articulação* e *confronto* são para nós constituintes de um mesmo processo: o processo de significação do discurso em relação à formação discursiva que representa.

¹⁰ No sentido empregado por Maingueneau (1993, p. 120): “não de um tradutor de uma língua para outra, mas de uma formação discursiva para outra”.

¹¹ V. Maingueneau (1993, p. 122).

¹² Estamos nos apoiando em Courtine (1981), quando trata sobre o objeto do discurso cujo processo discursivo se organiza em torno de três domínios: “domínio de memória, domínio de atualização, domínio de antecipação”. A tradução é nossa.

¹³ O caráter destrutivo é inerente ao modo de produção capitalista. Sobre essa tese ver Mézaros, 1989.

consumidores sobre empresas e organizações que tratam com descaso as condições de trabalho em seu processo produtivo” – enunciado (e).

O “discurso paciente” é aquele que empresta ao discurso agente as condições enunciativas para serem negadas ou reforçadas; é o discurso *outro*, o que se constitui como *domínio de memória*, para o qual aponta o processo dialógico que se identifica no *domínio de atualidade* e no qual pode ser reconhecida a memória discursiva, o seu interdiscurso, a sua história. O discurso da “filantropia” constitui-se em uma das “faces” desse “outro” com o qual o discurso dialoga, procurando negá-la, destituí-la do seu lugar histórico e apresentar um “novo” discurso que se propõe romper com o “velho”.

A outra face do discurso outro que está invisível, mas está lá e não pode ser apagado, que empresta ao discurso agente as reais condições para que se efetive, para ser um *discurso concreto*, é o discurso do direito do trabalho, da lei que garante para o trabalhador e seus dependentes o que lhe é de direito, o que está legalmente constituído, mas escondido atrás de uma superfície discursiva (produzida pela *relativa autonomia da língua*) que produz efeito de postura ética/comportamental e destitui a ética do direito do trabalhador. Nos enunciados a seguir veremos como o discurso produz esse deslocamento de sentidos – do legal para o “social”.

- f) “O bem-estar dos funcionários também é prioridade. Todos os cortadores de cana recebem alimentação quente preparada por nutricionistas, além de complemento alimentar. Para os trabalhadores rurais provenientes de outras regiões, o Grupo João Lyra oferece alojamento. Desde 2001, os funcionários estão sendo alfabetizados; iniciativa que está sendo implantada em todas as unidades do Grupo”.(Grupo João Lira, 2003)
- g) “Além de garantir educação de qualidade a cerca de 4 mil crianças, o Grupo João Lyra iniciou em 2001, a alfabetização de seus funcionários. Em Guaxuma, Lajinha e Uruba, 60 adultos já foram beneficiados. Outro princípio adotado pelas empresas é a melhoria da alimentação e saúde dos trabalhadores rurais. Para isso, o Grupo introduziu uma prática inovadora na região. Na unidade de Guaxuma, todos os cortadores de cana recebem refeições quentes preparadas por nutricionistas, iniciativa que está sendo estendida a todas as outras unidades, além de no período da manhã, os funcionários receberem como complemento alimentar, pão e leite de soja”. (Grupo João Lira, 2003)
- h) “No tratamento da saúde de seus colaboradores, o Grupo João Lyra oferece plano de saúde e odontológico, com dentistas que atuam nas próprias usinas, além de convênios com farmácias para descontos na compra de remédios. Como forma de valorizar a dedicação dos trabalhadores, eles recebem prêmios por assiduidade e produtividade. O resultado traduz-se numa média constante de 95% de comparecimento ao trabalho. Outro diferencial é que em nenhuma de suas empresas é permitido o trabalho infantil e como parte desse compromisso, é proibido qualquer relacionamento comercial com empresas que se utilizem dessa prática”. (Grupo João Lira, 2003)
- i) “A aplicação de recursos em projetos que visam o bem-estar de colaboradores e pessoas da comunidade sempre foi prioridade do comendador Tércio Wanderley. Ao longo de toda a sua vida, ele não mediu esforços para proporcionar melhores condições de vida à população. A continuidade desse trabalho vem sendo feita com rigor nas três unidades da Usina Coruripe, que desenvolve uma série de atividades nos mais diversos setores sociais.” (Grupo Tércio Wanderley, 2003)
- j) “Uma prova de que humanização sempre foi uma marca do Grupo Tércio Wanderley pode ser encontrada no setor de alimentação da Usina Coruripe. Atualmente, a empresa mantém um moderno e amplo restaurante onde é fornecida, diariamente, alimentação para todos os seus trabalhadores dos setores industrial e agrícola. Com isso, além de contar com uma comida de excelente

qualidade, os funcionários da indústria desfrutam de uma alimentação balanceada e rica em nutrientes” (Grupo Tércio Wanderley, 2003)

- k) “Com o objetivo de preservar a saúde e bem estar dos seus trabalhadores, a Usina Coruripe conta com um moderno setor de saúde que oferece acompanhamento médico-odontológico inclusive para os futuros contratados da empresa. Ligado à área de Recursos Humanos, o departamento médico conta com profissionais capacitados que periodicamente oferecem exames de rotina aos colaboradores”. (Grupo Tércio Wanderley, 2003)

Nestes enunciados, vemos as faces do discurso-outro, aquele que constitui a memória do dizer, o interdiscurso. Chegamos a essas faces analisando os processos parfrásticos que, no movimento discursivo, deslocam o sentido do que é legal para o de natureza social/filantrópica. Neste movimento, a prática de responsabilidade social é distanciada do seu dispositivo legal e aproxima-se do filantrópico que, às vezes, parece ser negado, mas aparece na forma da *boa conduta* ou *ética do comportamento*, a que promulga validade de normas morais, onde o que impera não é a *responsabilidade objetiva*, mas a qualidade subjetiva da autodeterminação do sujeito, um patamar de “consciência moral”.

Para as ações do atendimento à saúde do trabalhador o discurso desmonta o sentido de direito e produz *efeito de boa vontade* – “uma prova de que humanização”, diz o enunciado (i); *efeito de prioridade* – “O bem-estar dos funcionários também é prioridade”, diz o enunciado (f), *efeito de princípio ético* – “outro princípio adotado pelas empresas”, diz o enunciado (g).

O *efeito de satisfação* dos empregados é produzido a partir do *efeito de bondade* traduzido pelo sujeito porta-voz do discurso da empresa: enunciado (j): “Uma prova de que humanização sempre foi uma marca do Grupo Tércio Wanderley”; ou no enunciado (i): “Ao longo de toda a sua vida, ele não mediu esforços para proporcionar melhores condições de vida à população”. O que não se diz é o que é legalmente instituído.

Quando a empresa investe em atendimento à saúde do trabalhador e desenvolve ações voltadas ao bem-estar dos funcionários, faz, às vezes, deste ato legal um acontecimento social: “Como forma de valorizar a dedicação dos trabalhadores, eles recebem prêmios por assiduidade e produtividade” (enunciado (h)). A empresa está, assim, criando estratégias, inovando tecnologias para simular respostas aos direitos do trabalhador, como é o caso dos planos de saúde: “o Grupo João Lyra oferece plano de saúde e odontológico, com dentistas que atuam nas próprias usinas, além de convênios com farmácias para descontos na compra de remédios” (enunciado (h)).

“Usina Coruripe conta com um moderno setor de saúde que oferece acompanhamento médico-odontológico inclusive para os futuros contratados da empresa” (enunciado (j)). Aqui, tem-se, o obscurecimento da lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que trata de segurança e medicina do trabalho e entre outros dispositivos obriga à renovação de exames médicos a cada seis meses. A essa obrigatoriedade a empresa acrescenta outras atividades que aparecem como benefício e prestação de serviços aos seus funcionários e familiares.

Assim como os aspectos relacionados à saúde são tratados como uma boa ação da empresa, como uma prática de humanização, também o são os aspectos relativos à alimentação, a moradia, a educação, o trabalho infantil. As leis que asseguram esses direitos dos trabalhadores não aparecem como uma obrigação da empresa. As obrigações são metafóricamente produzidas. O aspecto legal da responsabilidade social aparece, mas não é traduzido, no discurso do SESI: “[Responsabilidade Social] tanto no cumprimento de suas obrigações legais quanto no atendimento de necessidades sociais” Para serem cumpridas, as leis são escondidas nos *atos festivos* da empresa; todos são estimulados pelos acontecimentos discursivos da responsabilidade social, que aparece

como prática ética, filantrópica, “social”. O sentido de direito que torna evidente o sentido de classes, de luta política está dissimulado em evidências de participação, de cooperação, de boa conduta.

Um ponto de parada para prosseguir viagem

Até momento, vimos no objeto de estudo – o discurso da responsabilidade social – algumas evidências que podem ser entendidas e explicadas nas condições sócio-históricas da sociedade da qual é parte. O discurso que orienta as estratégias tecnológicas de novas formas de gestão do trabalho, às vezes, incorpora algumas demandas do trabalhador, a exemplo dos programas destinados ao atendimento das necessidades básicas dos funcionários, ou produz um simulacro de participação do processo de discussão acerca dos problemas no ambiente de trabalho. Há um simulacro participação, visto que esta acontece de modo fetichizado e despolitizado, perpassado de mecanismos generalistas, direcionados aos interesses da produção e da consensualidade.

Entre tantas outras estratégias tecnológicas utilizadas pelo capitalismo para a manipulação do sujeito, estão as que se voltam para a reprodução de uma imagem positiva do capital. Os programas de responsabilidade social são, pois, focos de investimento para que a empresa consiga se assegurar no mercado. Apresentando um quadro funcional com um bom padrão de qualidade¹⁴, a empresa exhibe seus funcionários como resultado de sua “responsabilidade” para como a sociedade.

Como em uma viagem de trem, quando se vê uma extensa paisagem; quando se experimentam profundos momentos de reflexão e análise; quando se para em algumas estações para continuar em seguida; o caminho do conhecimento tem seus pontos de parada, momentos necessários ao repouso requerido pelo pensamento depois de intensa compenetração. Ainda há muito para se conhecer nessa longa jornada da pesquisa; até porque o processo metodológico no qual está ancorado este estudo – o materialismo histórico – impõe uma dinâmica de reflexão acerca do objeto que não se esgota num ponto de conclusão..

Referências Bibliográficas

- ALGARTE, Waldir & QUINTANILHA, Delma. *A história da qualidade e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade*. Rio de Janeiro: INMETRO/SENAI, 2000.
- AMARAL, M. Virgínia Borges. Trabalho alienado e responsabilidade social. ANAIS do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Porto Alegre: ABEPSS, 2004.
- _____. *Discurso e Relações de Trabalho*. Maceió: Edufal, 2005.
- _____. e SANTOS, Flávia Kelly Silva Mendes. As ações das empresas frente à política de trabalho, Maceió: UFAL, 2005. Texto inédito.
- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. Heterogeneidade(s) enunciativas. *Cadernos de estudos lingüísticos*, N. 19. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 25 – 4
- BAKHTIN, Mikail. (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. Lukács: vivência e reflexão da particularidade. In: *Ensaio* nº 9, São Paulo: Ensaio, 1982.

¹⁴ Aquele que é saudável e pratica ações sociais junto aos seus pares ou junto à comunidade – os chamados programas de voluntariado da empresa, que na verdade é realizado pelos seus funcionários.

- _____. Marx - da razão do mundo ao mundo sem razão. In: *Marx Hoje, Cadernos Ensaio* nº 1, São Paulo: Ensaio, 1987.
- COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In *Langages*, N.62, Paris: Larousse, 1981, p. 9-127.
- FILETTI, Nielce Camillo. A diversidade e a responsabilidade social das empresas. In: <http://www.golrh.com.br/artigos/>. Data de acesso: 03/09/03)
- GRUPO J. L. http://www.grupojl.com.br/usina_guaxuma.php. Data de acesso: 21/10/03
- GRUPO T. W. <http://www.usinacoruripe.com.br/social/>. Data de acesso: 29/10/03
- HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. *Cadernos de estudos lingüísticos*, 19. Org Eni Orlandi e João Wanderley Geraldi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. P. 43 - 64.
- HILSDORI, Carlos. Responsabilidade social - como os clientes da nova economia vêm o seu negócio. .In: <http://www.golrh.com.br/artigos> Data de acesso: 03/09/03)
- HOLZ. H. H. L. KOFLER; W. ABENDROTH. Conversando com Lukács. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- LUKACS, George. História da Consciência de Classe. RIO DE Janeiro: Elfos, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique.(1987). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma História da análise do discurso na França.. In: E. Orlandi (org.).*Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 p.15 – 28.
- _____. et al. Discurso e Ideologia: base para uma pesquisa. In: E. Orlandi (org.) *Gestos de leitura*, Campinas: Editora da Unicamp, 1997 p. 67 – 102.
- MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, O processo de produção do capital. V.1, 12º ed., 1988.p.201-223.
- MENDONÇA, Rita de Cássia Tenório. *Da Possibilidade de Inserção das Pessoas Portadoras de Deficiência nos Quadros das Empresas de Vigilância Patrimonial e de Transporte de Valores*, 2003. <https://secure.jurid.com.br>.
- MESZAROS, István. Produção destrutiva e Estado Capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE www.mte.gov.br, acesso em 22 de abril de 2005
- OLDRINI Guido. LUKÁCS E O Caminho marxista ao conceito de “pessoa”. In: *Práxis*. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995 p.104 – 122.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Ética e Economia. São Paulo: Ática, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. (1975) *Semântica e Discurso, Uma Crítica a Afirmação do Óbvio*. Trad. de Eni Orlandi et al, Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PINTO, Antonio Luiz de Toledo et al. (colaboradores). CLT Acadêmica, Saraiva: São Paulo, 2003.
- REGO, J. C. B. A verdadeira responsabilidade social. In: <http://www.golrh.com.br/artigos>. Data de acesso: 03/09/03)
- TONET, Ivo. Ética no Capitalismo. Disponível em <http://www.geocities.com/ivotonet> , acesso em 27 de julho de 2005.